



Perspectivas para o novo Confucionismo

André Bueno

Prof. Adjunto de História na UERJ, Brasil; Pós-Doutor em História pela UNIRIO; Tem experiência na área de História e Filosofia, com ênfase em Sinologia, atuando principalmente nos seguintes temas: China, pensamento chinês, cultura chinesa, diálogo intercultural. Publica livros e artigos há mais de dez anos no âmbito da Sinologia, atuando na divulgação da área no Brasil. Mantém o Projeto Orientalismo, disponível em www.orientalismo.blogspot.com.br

Resumo:

O movimento do *Novo Confucionismo* [新儒家 *Xin Rujia*] parece encaminhar-se para construir as novas opções políticas da China Continental num futuro próximo. A existência de linhas razoavelmente diferentes dentro do próprio Novo Confucionismo, no entanto, apontam para uma outra questão relevante: qual dessas linhas servirá de base para os projetos políticos da Nova China? Nesse breve texto, discutiremos algumas dessas propostas, de modo a nortear uma discussão sobre essa importante doutrina filosófica e política.

Palavras-chave: Novo Confucionismo; Política Chinesa; Filosofia Chinesa.

O *Novo Confucionismo* [新儒家 *Xin Rujia*] é um movimento filosófico multifacetado que tem encontrando grande repercussão, em períodos mais recentes da história, na China Continental. Há quase três décadas, esse resgate do Confucionismo está sendo empreendido, mas não sem tensões e discordâncias relevantes. Pode-se dizer, de fato, que está um curso um embate entre as suas mais diversas tendências, e os resultados dessas discussões serão importantes para o futuro da China.

O Confucionismo permaneceu como uma importante doutrina filosófica em Taiwan e Hong Kong, onde pode experimentar uma continuidade e um desenvolvimento no contexto contemporâneo. Uma geração de autores chineses elaborou a construção consciente desse Novo Confucionismo, em face da modernidade, marcada através do *Manifesto pela Cultura Chinesa* de 1958.ⁱ Todavia, essa proposta defendia uma reformulação dos paradigmas filosóficos pelos quais a cultura chinesa seria vista pelo Ocidente – e de certa forma, vista em si mesma, a partir de uma

integração mais ampla no mundo atual.ⁱⁱ Diante disso, o Novo Confucionismo nasceu como um processo de conscientização crítica, a partir das leituras de Confúcio e do Confucionismo, de modo a redefinir o lugar da China na História Mundial. Assim, pode-se considerar que suas propostas e questões atuavam principalmente no âmbito intelectual, influenciando indiretamente na construção de visões políticas.

O caso da China continental é bastante diferente. Durante décadas, o Confucionismo foi banido, por ser compreendido eminentemente como uma filosofia política e social, que ia contra a orientação do Estado Comunista de Mao Zedong 毛泽东 [1893-1976]. O governo Deng Xiaoping 邓小平 [1904-1997] mudou radicalmente essa postura, permitindo, de forma gradual, o restabelecimento do Confucionismo como doutrina intelectual legitimamente chinesa. Essa abertura, contudo, foi vigiada e controlada. Desde o início, o Estado apropriou-se da figura de Confúcio e do Confucionismo, promovendo essa distensão sob um olhar atento e vigilante. A criação do *Instituto Confúcio* [孔子学院 *Kongzi Xueyuan*, 2004] para difusão da língua e cultura chinesa é um exemplo claro dessa política. Hoje, essa instituição é a principal divulgadora da China continental em todo o mundo, possuindo milhares de escolas em todos os continentes. “Confúcio, o grande educador chinês”, também foi promovido pelo filme *Confucius* [2010], grande sucesso de bilheteria. A produção foi uma efeméride, em termos de aceitação do Confucionismo no país – bem como, delineou um papel específico para Confúcio dentro da história chinesa.

Essa difusão do Confucionismo não se realiza, porém, sem variantes, como afirmamos anteriormente. Apesar do controle do Estado, as próprias características do Confucionismo, enquanto filosofia, permitem diversos tipos de abordagem diferentes. Em nosso breve texto, portanto, iremos analisar algumas possibilidades de compreender o Novo Confucionismo dentro da China atual, e seus possíveis desdobramentos futuros.

Constitucionalismo Confuciano

Por se tratar de uma doutrina moral, o Confucionismo tem implicações diretas nas práticas políticas e sociais da civilização chinesa. A estrutura imperial chinesa estava intimamente ligada a uma ideologia confucionista de harmonia social; a República Chinesa nasceu sob os auspícios de importantes pensadores confucionistas, como Kang Youwei 康有為 [1858-1927], e o próprio Sun Yatsen 孫日新 [1866-1925] compreendia

o Confucionismo como parte indissociável da cultura chinesa. Apesar do amplo combate empreendido por Mao Zedong contra o Confucionismo, ele conseguiu retornar, por fim, ao campo de debate das teorias políticas chinesas. Mas como, e por quais razões?

Seria simplista afirmar que o Confucionismo é apenas uma herança intelectual dentro da China. Dada sua continuidade histórica, a cultura chinesa é permeada por um senso confucionista de ética. Isso implica dizer que a prática do Confucionismo está presente nos mais diversos campos dos costumes e dos hábitos chineses, tais como: a valorização do estudo, da família, a noção do coletivo em detrimento do individual, o respeito a hierarquia, etc. Podemos objetar que a China de hoje vive um momento distinto desses valores: os chineses estão mais individualistas, menos apegados a família, e estudando para alcançar sucesso profissional, e não ilustração intelectual. Por isso mesmo, o resgate do Confucionismo é um importante elemento na administração do país, num momento em que o governo chinês tem afrouxado o controle estatal, em vários níveis da sociedade, dada a dimensão e o dinamismo do crescimento econômico chinês. Por essa razão, o emprego do Confucionismo como um fator de integração e controle social torna-se fundamental. O Estado transfere para as famílias [e, por conseguinte, indivíduos] determinadas tarefas e atribuições que antes eram suas. O funcionamento de uma boa ordem social depende de um novo tipo de envolvimento dos cidadãos com as políticas públicas. Se antes, no tempo de Mao Zedong, eram grandes campanhas políticas que requisitavam o envolvimento popular, agora o governo dá sinais de que pretende colocar certas responsabilidades – os cuidados familiares, a busca de um bom emprego, o sustento e a aposentadoria, a instauração da ordem pública – nas mãos das pessoas comuns. Para isso, é necessário internalizar uma nova concepção de ordem – papel ao qual o Confucionismo se presta perfeitamente bem, posto que, em sua essência, essa é sua premissa fundamental.

A proposta mais conhecida nesse sentido é a de Jiang Qing 蒋庆, bastante conhecida no Ocidente pelo trabalho de tradução de Daniel A. Bell, seu interlocutor direto. Ambos publicaram *A Confucian Constitutional Order: How China's Ancient Past Can Shape Its Political Future*ⁱⁱⁱ, no qual Jiang explana sobre o projeto de um novo tipo de administração política no país. O tema é debatido por vários autores presentes na coletânea. Basicamente, o projeto centra-se na concepção republicana meritocrática: as

câmaras componentes da estrutura governamental, tanto quanto o aparelho burocrático do Estado, seriam compostos por pessoas qualificadas, fossem por exames públicos, votação ou por alguma forma de notório saber reconhecido. Tais qualificações se remeteriam diretamente às áreas de saber pretendidas, e deveriam ser complementadas por uma formação humanística chinesa calcada na moral Confucionista.

Jiang é um personagem controverso no desenvolvimento desse Novo Confucionismo: por vezes, ele já propôs que o Confucionismo poderia ser, também, uma nova forma de religião nacional – mas sem explicar de que modo isso se daria. O que está claro é sua consciência acerca do papel do Novo Confucionismo no futuro; se ele for a doutrina utilizada para educar os milhões de chineses do futuro, então, fatalmente conduzirá a construção de suas percepções políticas. Esse é um fator fundamental no estabelecimento de uma nova ordem social e política: o Confucionismo que se segue não pretende um sistema democrático de divisão de poderes, mas indireto, concorrencial e participativo. A prudência e os acertos com que os governos chineses mais recentes têm conduzido a economia parecem provar, para a sociedade, que esse pode ser um caminho adequado. Tal mudança, porém, levará certo tempo, e uma mudança significativa nos padrões e exigências do sistema de ensino atual.

O Confucionismo Filosófico-Político

Jiang Qing não é o porta-voz solitário dessa mudança. Jana Rosker, em seu excelente artigo *The Concept of Harmony in Contemporary P.R. China and in Taiwanese Modern Confucianism*^{iv}, nos mostra que já está, em andamento, a construção de um projeto estatal de Confucionismo. Ele é fruto das discussões de três autores destacados da segunda geração de novos confucionistas, Mou Zongsan 牟宗三 [1909-1995], Xiong Shili 熊十力 [1885-1968] e Xu Fuguan 徐復觀 [1902-1982]. O conceito fundamental dessa nova política confucionista é a concepção de *Harmonia Social* [和谐社会 *Hexie Shehui*], que defende uma sociedade mais equitativa, próspera, com relativo controle social e político, mas ensejando a livre iniciativa econômica. O projeto prevê uma sustentabilidade maior por parte dos agentes produtivos, e o direcionamento do Estado para a manutenção de políticas educacionais, de segurança e dos projetos administrativos.

Aparentemente, ele já está se desenvolvendo – e Rosker destaca ainda uma importante questão, a inspiração dos modelos confucionistas desenvolvidos. Enquanto Taiwan pretende fundar seu discurso nas teorias otimistas da natureza humana de Mêncio 孟子[séc. -4], a China continental parece optar pelo pragmatismo pessimista de Xunzi 荀况[séc. -3], o que explica muito sobre o direcionamento de suas ações e posturas políticas. Na China continental, o paradigma comunista continua a existir, coexistindo agora com o Novo Confucionismo: qualquer mudança nesse projeto deverá ser, portanto, gradual. A escolha de Xunzi também parece dar continuidade a uma ideia já evocada na época de Mao Zedong: afinal, Xunzi foi mestre de Legistas como Hanfei 韓非[séc. -3], que eram bastante admirados pelos antigos comunistas. Assim, o chamamento ao passado não é desvirtuado de coerência: preserva-se o Confucionismo e a feição controladora dos Legistas, que durante algum norteou o pensamento do Estado. As reformas em andamento apontam para a concretização dessa tendência, mas não se deve esperar, novamente, o surgimento de um modelo democrático nos moldes ocidentais.

Confucionismo Assistencialista

Num caminho não dissociado das práticas do governo, o Confucionismo tem ressurgido, também, como uma fórmula de auto-ajuda. O clássico livro de Yudan 于丹, *Confúcio com Amor*^{vi} surgiu do interesse em adaptar os aforismos confucionistas em conselhos para a vida prática contemporânea. A ideia não foi equivocada: Confúcio pretendeu que seus conselhos servissem de forma eficaz na condução de uma vida ideal e correta. A adaptação recente feita por Yudan, porém, tem características próprias. Em essência, ela é apolítica e acrítica, não tendo quaisquer preocupações em levar o leitor a reflexões mais profundas sobre a realidade. Essa proposta, que aparentemente analisa a obra confucionista de maneira superficial, merece um olhar mais cauteloso: em primeiro lugar, porque ela filtra as passagens confucionistas em um sentido particular [ou seja, o de auxiliar na vida cotidiana]; e para tal, as passagens confucionistas devem ser lidas como conselhos, instruções, e não objetos de uma reflexão crítica mais aprofundada. É uma seleção cuidadosa de fragmentos, que permite ao leitor confortar-se com os ensinamentos do mestre Confúcio, sem atentar, porém, as dimensões mais profundas [em termos políticos] de sua obra.

O livro foi um sucesso de vendas na China, e obteve o patrocínio do governo – o que mostra, mais uma vez, o papel do controle que o mesmo tenta exercer sobre a figura de Confúcio. Por outro lado, a boa recepção que o livro alcançou revela que os chineses talvez estejam cansados, de certa forma, da intensa ação política promovida pelos tempos do Comunismo. Mais interessados no desenvolvimento particular de suas próprias vidas, os cidadãos comuns estariam interessados em novas opções de pensar a realidade – e nesse ponto, o livro de Yudan oferece uma perspectiva confortadora, quem não contradiz a política governamental vigente.

Confucionismo Histórico e Filosófico

Li Ling 李零 é autor do *Cão sem dono – minha leitura dos Analectos* 丧家狗:我读论语 [2007].^{vii} O livro obteve bastante repercussão, por se propor a uma leitura direta do clássico confucionista, o *Lunyu* 论语, no original. Li Ling tentou demonstrar a inadequação de várias interpretações atuais, buscando reposicionar o papel de Confúcio dentro da história chinesa. Embora o velho mestre não possa ser ignorado como herança, várias de suas colocações teriam sido deturpadas ao longo dos séculos; outras, são simplesmente inviáveis nos dias atuais. Por fim, há que se perguntar se o que se preservou seria um resquício de conservadorismo, constituindo algum tipo de anacronismo ou reacionarismo; por outro lado, aquilo que se desenvolveu e se transformou seria, justamente, a melhor parte do Confucionismo?

Tais considerações serviram para colocar o papel do Confucionismo em discussão: seria ainda viável resgatar Confúcio como um mestre de sabedoria? A principal objeção feita a Li Ling tem sido a sua leitura crítica contemporânea: como se pode ser chinês sem ser confucionista? Se o Confucionismo é uma parte inseparável da formação de uma consciência sínica, então, a interpretação que Li Ling lhe dá seria, em si, uma projeção da atualidade sobre o passado – provocando aí um equívoco sério. Provavelmente, a principal virtude de sua obra seja essa: colocar em questão a relação entre o antigo e o moderno. Contrapostos, eles se mostram conflitantes em vários pontos; a busca de harmonia entre esses pontos de vista são, basicamente, idealizações; e, todavia, em toda essa literatura, o que não é idealístico? Li Ling convoca a um exame mais sério dos textos antigos, revelando as falhas dos discursos Novo-Confucionistas que se constroem tão somente a partir de fragmentos selecionados.

Anti-Confucionismo

Inspirado na análise histórica de Li Ling, Liu Xiaobo 刘晓波 escreveu o ensaio *Ontem, cão vagabundo, hoje cão de guarda*^{viii}, no qual critica duramente o Novo Confucionismo. Para ele, esse movimento intelectual é tão somente uma manipulação do Estado para maquiar suas reais intenções de manter o poder sobre a sociedade, por meio do uso de uma cultura reacionária e autoritária. Liu é um escritor e intelectual famoso na China, que teve diversos problemas com o governo. Suas críticas se dirigem ao que considera uma prática ditatorial do Estado, que não permite o livre pensar e uma participação política maior da população. Para ele, o uso do Confucionismo é um recurso arcaico para implementar soluções ao desgaste do Comunismo, através de uma recriação estética e nacionalista que não mascara as reais intenções da elite econômica dominante no país. Seu texto nos mostra que o Novo Confucionismo está longe de ser uma unanimidade na China, e que encontra diversas críticas dentro da própria sociedade. Curiosamente, Liu Xiaobo relaciona Comunismo e Confucionismo, construindo uma consideração intrigante; como dois sistemas antitéticos podem, aparentemente, ser tão próximos? Para os críticos de sua obra, Liu confunde práticas culturais chinesas com a doutrina política do Estado chinês atual. Valores como família, estudo, disciplina, hierarquia, sobriedade material, etc. são comuns na cultura chinesa tradicional, e o governo simplesmente está retomando-os. Destruir o Confucionismo – que preservou e reproduziu essas práticas durante séculos – seria, de certa maneira, acabar com o próprio sentido de ser chinês. Uma cultura nova poderia surgir nesse espaço: foi justamente o que o Maoísmo tentou fazer, sem sucesso. Que modelo, pois, o autor pretenderia? É nesse ponto que suas observações contra o Novo Confucionismo facilmente se confundem com uma visão pró-Ocidentalista, tornando sua visão igualmente polêmica.

Conclusão

Embora o Novo Confucionismo seja principal tendência, em termos políticos, para o futuro próximo da China, é difícil exatamente saber qual direção ele tomará. As orientações confucionistas da contemporaneidade apontam, quase todas, para um princípio de continuidade das conquistas alcançadas no campo econômico e social – e,

ao mesmo tempo, a manutenção do *status quo* do Estado Chinês.^{ix} Parece ser unânime, no caso da China continental, que um Estado forte é a solução mais viável e segura para preservar o país das ingerências estrangeiras, ainda marcadas na memória do país desde o início do século 20. De qualquer modo, os chineses parecem caminhar para a construção de um novo modelo político republicano, que constituirá uma experiência inédita em termos de história política mundial.

Notas

ⁱ 为中国文化敬告世界人士宣言 [Wei Zhongguo Wenhua Jinggao Shijie Renshi Xuanyan] Taiwan, 1958.

ⁱⁱ Ver RUIPING, Fan. *Reconstructionist Confucianism: rethinking morality after the West*. Hong Kong: Springer, 2010. O livro traz um balance das principais questões que atingem o Confucionismo frente a um debate com a ‘Cultura Ocidental’.

ⁱⁱⁱ JIANG, Qing; BELL, Daniel A.; RUIPING Fan. *A Confucian Constitutional Order: How China's Ancient Past Can Shape Its Political Future*. Princeton: Princeton University Press, 2012.

^{iv} ROSKER, Jana. ‘The Concept of Harmony in Contemporary P.R. China and in Taiwanese Modern Confucianism’ in *Asian Studies I* (XVII), 2, 2013, pp. 3–20.

^v Também signatários do Manifesto Pela Cultura Chinesa, 1958.

^{vi} YU Dan. *Confúcio com amor*. São Paulo: Best Seller, 2010.

^{vii} LI Ling, *Sangjiagou: Wodu Lunyu*. Taiyuan: Shanxi chubanshe, 2007.

^{viii} In LIU Xiaobo, *Não tenho inimigos, não conheço o ódio*. Lisboa: Casa das Letras, 2011. O original é de 2007.

^{ix} Uma discussão mais ampla, que pode nos fornecer um quadro geral, pode ser vista em ANGLE, Stephen, *Contemporary Confucian Political Philosophy*. United Kingdom: Politiy Books, 2012.